

CONCEPÇÕES DOS GESTORES ESTADUAIS SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO: A PERSPECTIVA DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DA OFERTA

Sinara Pollom **Zardo** – UnB

Wivian **Weller** – UnB

Agência Financiadora: CAPES

O presente artigo analisa as concepções de educação inclusiva e os processos de gestão dos sistemas de ensino em nível estadual no que diz respeito à inclusão de jovens com deficiência no ensino médio, considerando a expansão da idade escolar obrigatória até os 17 anos e a respectiva expansão da oferta desta etapa de ensino. Para tanto foram realizadas entrevistas narrativas com gestores estaduais das cinco regiões do país, optando-se por coletar informações junto aos gestores dos estados com o maior número de matrículas de jovens com deficiência no ensino médio: Paraná, São Paulo, Goiás, Tocantins e Maranhão. A partir dos resultados da pesquisa foi possível identificar duas concepções de educação inclusiva que orientam a organização dos sistemas de ensino nas unidades federativas estudadas: a educação inclusiva como direito e a educação inclusiva como dever. Tais concepções estão relacionadas à trajetória biográfico-profissional dos gestores entrevistados, mas também exercem influência na implementação de ações e estratégias organizacionais no âmbito dos sistemas de ensino.